

A UTOPIA EM CONSTRUÇÃO

Pedro Amaral

Compositor

No momento em que escrevo estas linhas, a história está a acontecer.

Iniciado há semanas, o mandato do atual presidente dos Estados Unidos da América tem oferecido ao mundo uma ilustração exuberante do terceiro paradoxo de Popper: o paradoxo da democracia – a possibilidade de a maioria eleger um governante cuja ação irá ser dirigida contra o próprio sistema democrático.¹

¹ Popper, Karl: *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos* - Volume I: *O Sortilégio de Platão*, tradução portuguesa de Miguel Freitas da Costa, Edições 70, 2019, pp. 388-389.

O fenómeno não é novo, ecoa a teoria política de Platão, e tem ensombrado as democracias neste primeiro quartel do século XXI.

Em abril de 2022, após anos de corrosão do estado de direito, marcados por sucessivas alterações constitucionais e ataques sistemáticos ao poder judicial, às universidades e à imprensa livre, o eleitorado húngaro voltou a entregar ao Fidesz, de Viktor Orbán, uma esmagadora maioria de dois terços dos assentos na Assembleia Nacional. Orbán não escondia ao que vinha; e, no entanto, a sua defesa pública do *iliberalismo* não refreou um eleitorado que, vendo reduzidos os seus direitos, liberdades e garantias, deu ainda mais poder ao partido do governo.

Nos Estados Unidos, o processo e as consequências têm-se revelado ainda mais radicais. Em janeiro de 2021, derrotado nas urnas, o incumbente promoveu uma tentativa de golpe de estado, incitando os seus apoiantes a invadir a sede do poder legislativo, onde decorria a certificação da vitória do seu opositor. Falhado o golpe, foi aberta uma investigação em larga escala que conduziu a centenas de condenações judiciais. No plano político, foi instaurado um processo de *impeachment* ao ainda presidente, por “incitamento à insurreição”, cujo veredicto se saldou com uma condenação bipartidária maioritária no senado, embora abaixo dos dois terços necessários à destituição. Três anos mais tarde, o mesmo homem que o Congresso considerou “uma ameaça à segurança nacional, à democracia e à Constituição”² obteve a mais vasta votação de sempre alcançada por um candidato republicano no voto popular.

Também ele não escondia inteiramente ao que vinha: em plena campanha, sugeria aos apoiantes, num famoso discurso em West Palm Beach, na Flórida, que, se o elegessem, não necessitariam de regressar às urnas. Empossado para um segundo mandato, escreveu o seu próprio elogio

² Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, 117.^o congresso, 1.^a sessão: *Impeaching Donald John Trump, President of the United States, for high crimes and misdemeanors*, p. 4.

monárquico – “*Long live the King!*” – que a Casa Branca se apressou a reverberar nas redes sociais oficiais, divulgando o seu retrato ostentando uma coroa, numa falsa capa da revista Time, com Nova Iorque em pano de fundo. Sucederam-se declarações do próprio e dos seus apoiantes sobre “métodos” possíveis para contornar a Constituição, abrindo portas à sua perpetuação no poder, para além do termo do mandato.

No plano executivo, têm sido implementadas políticas alinhadas com o Projeto 2025, que, durante a campanha, o candidato garantiu não subcrever ou, sequer, conhecer em detalhe. Governando por decreto presidencial, ordenou restrições drásticas à política migratória, incluindo a perseguição de imigrantes envolvidos em causas políticas contrárias à ideologia da administração, e até a interdição de simples turistas, por delito de opinião. Determinou a reversão radical das políticas ambientais, com a saída do acordo de Paris e a expansão fulgurante da exploração de combustíveis fósseis (“*Drill, baby, drill*”). Exigiu a extinção de quaisquer programas de Diversidade, Equidade e Inclusão, não apenas na administração pública, mas também nas empresas privadas e nas universidades. Atacou estas últimas, usando a chantagem do financiamento e a arma da fiscalidade, vergando algumas delas às suas determinações em matéria de liberdade científica e de liberdade de expressão. Anunciou o desmantelamento do Departamento de Educação, que considerou “poluído pela ideologia liberal”³, retirou os Estados Unidos da Organização Mundial da Saúde e nomeou como Secretário da Saúde um promotor de teorias conspirativas que tem espalhado desinformação sobre vacinas e políticas de saúde pública. Tem perseguido o jornalismo independente e, sem se deixar embaraçar pelos mais despudorados conflitos de interesses, fustiga os operadores judiciais, subjugando escritórios de advogados, ameaçando juízes e incumprindo ordens dos tribunais.

³ Binkley, Collin e Megerian, Chris: *Trump orders a plan to dismantle the Education Department while keeping some core functions*, Associated Press, 21 de março de 2025.

No plano externo, nestas poucas semanas de governo, minou o multilateralismo, atacou o comércio livre lançando o caos nos mercados, banuiu a cooperação, delapidou os instrumentos de *soft power* estabelecidos ao longo de décadas pela diplomacia norte-americana, e revelou um assombroso desprezo pelos princípios da soberania e da integridade territorial.

Forjada pela própria América, na visão liderante do presidente Franklin D. Roosevelt em plena Segunda Guerra Mundial, e baseada não apenas no interesse comum, mas numa partilha de valores políticos e civilizacionais com a Europa, a ordem mundial é hoje estilhaçada com leviandade e estrondo pela administração. Na torrente, o desprezo pelo Velho Continente e o fascínio pela autocracia despertou uma extraordinária reedição, historicamente invertida, do Milagre da Casa de Brandemburgo, com o novo inquilino da Casa Branca a desequilibrar o xadrez na Guerra da Ucrânia, dando agora vantagem a Moscovo. O Milagre torna-se pesadelo.

E, enquanto isto, a União Europeia hesita.

Hesita pela sua vocação histórica: o projeto europeu nasce de uma vontade de paz, desenvolvimento e cooperação entre estados, não da oposição a um inimigo externo. Hesita pela sua arquitetura institucional: uma polifonia a vinte e sete vozes interdependentes, raramente consonantes, de entre as quais nenhuma prevalece sobre a maioria. E hesita pela sua incompletude, permanecendo, ao fim de três quartos de século, uma utopia em construção: etapa última do Projeto Schuman/Monnet, a “federação europeia”⁴ é ainda uma miragem, sonhada por uns, esconjurada por outros – enquanto, do vasto tabuleiro geopolítico, emergem a federação americana, a federação russa e a autocracia chinesa, cada uma delas falando a uma só voz. A força da democrática Europa é o seu calcanhar de Aquiles.

⁴Schuman, Robert: *Declaração Schuman, maio de 1950*, european-union.europa.eu (em português). Consultado a 26 de março de 2025.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo que se abstêm de participar na eleição dos seus representantes (com taxas de abstenção na ordem dos 50%, em 2019 e em 2024), os cidadãos desejam uma União Europeia mais forte e mais unida. Segundo o Eurobarómetro de inverno de 2025 do Parlamento Europeu⁵, três em cada quatro consideram benéfica, para o seu país, a pertença à União; quase dois em cada três gostariam de um Parlamento Europeu mais forte; e praticamente nove em cada dez veem a unidade da Europa como crucial face aos desafios globais.

Apesar da ambivalência de sentimentos, é expressivo o apoio dos cidadãos – sobretudo dos mais jovens – ao projeto europeu. O que se compreende: representando, hoje, menos de 6% da população humana, a União Europeia gera cerca de 15% da riqueza mundial, constituindo o maior bloco comercial do mundo, e sendo, simultaneamente, uma das regiões do globo com maior qualidade de vida.

Indicadores como a esperança média de vida, a mortalidade infantil, o acesso aos cuidados de saúde, à educação e aos sistemas de proteção social, são inequívocos. A defesa do meio ambiente, a ação climática e o foco na transição energética (por si mesma geradora de atividade económica); a defesa dos direitos sociais e laborais, as políticas de igualdade de género e a proteção da vida privada na era digital; a defesa do estado de direito, da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, a defesa, em suma, da democracia, fazem da União Europeia um dos blocos mais avançados do mundo, em matéria de direitos, liberdades e garantias, com os seus fundamentos ancorados na sua Carta dos Direitos Fundamentais.

Proclamada pela primeira vez a 7 de dezembro do ano 2000, juridicamente vinculativa para todos os estados-membros, a Carta, com as suas seis grandes secções (Dignidade, Liberdades, Igualdade, Solidariedade, Cidadania e Justiça), constitui uma verdadeira ode ao humanismo; e, a meio século de distância, ecoa, no seu preâmbulo, o sonho fundador da

⁵ União Europeia, Public Opinion Monitoring Unit. ISBN: 978-92-848-2614-8.

Declaração Schuman: os “povos da Europa, estabelecendo entre si uma união cada vez mais estreita, decidiram partilhar um futuro de paz, assente em valores comuns.”⁶

Não sabemos o que será a União Europeia nos próximos anos e décadas, num tempo marcado pelas alterações climáticas e pelas pressões migratórias e demográficas que delas decorrem; num tempo que questiona os fundamentos da democracia e o respeito pela integridade territorial; num tempo de sociedades cada vez mais atomizadas, nas quais a solidão se multiplica, numa reclusão alimentada pela tecnologia, e, com ela, a ansiedade social, o deslaçar das relações humanas, o pavor do inimigo externo, a desconfiança face ao *outro* e todo o cortejo de ressentimentos que abre portas aos populismos e aos Cavalos de Troia. Será esta, a fratura da destruição do projeto europeu? Ou, pelo contrário, revigorando a construção do bem comum, a oportunidade da sua consolidação? Sem quaisquer ilusões sobre os profundos desafios sociais, económicos e políticos que ameaçam, por dentro, o Velho Continente, tenhamos sempre presentes as palavras sábias de Jean Monnet: “não há futuro para os povos da Europa que não passe pela união”⁷.

Num mundo em chamas, esta ideia de *união*, que assegurou três quartos de século de paz e de prosperidade entre inimigos imemoriais, pode constituir um verdadeiro farol civilizacional. Berço da democracia, a Europa pode dar um sentido renovado à defesa da própria democracia, da solidariedade e do primado da lei, amplificando nas palavras de Schuman uma visão mais extensa: uma “fusão de interesses” que constitua – não apenas na Europa, mas à escala global – “o fermento de uma comunidade mais vasta e mais profunda”⁸.

⁶ *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, in Jornal Oficial da União Europeia, 7 de junho de 2016, C 202, pp. 389-405. eur-lex.europa.eu (em português). Consultado a 26 de março de 2025.

⁷ Monnet, Jean: nota autobiográfica, in *Bâtir l'Europe*, Fondation Jean Monnet pour l'Europe, Cahiers rouges, Lausanne, 1987.

⁸ Schuman, Robert, *op. cit.*